

04/08/2015

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 782.773 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S)	: PATENTE PARTICIPAÇÕES S/A
ADV.(A/S)	: LEO KRAKOWIAK

**EMENTA:** DIREITO TRIBUTÁRIO. SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO PIS. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 17/1997. PRORROGAÇÃO DA ALÍQUOTA. SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL. APLICABILIDADE.

1. A nova redação da Emenda Constitucional nº 17/1997 somente entrou em vigor em 25.11.1997, ou seja, quase cinco meses após o término da vigência da Emenda Constitucional nº 10/1996, o que evidencia solução de continuidade na exigência do tributo.

2. Aplica-se ao caso a jurisprudência desta Corte no sentido de que a emenda constitucional que não se constitui por mera prorrogação do texto anterior deve observância ao princípio da anterioridade nonagesimal.

3. Homologada a desistência parcial do agravo regimental quanto à alegação de que a decisão agravada teria violado a coisa julgada.

4. Agravo regimental a que se nega parcial provimento.

## **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

**RE 782773 AGR-SEGUNDO / SP**

Brasília, 04 de agosto de 2015.

**MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR**

04/08/2015

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 782.773 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGDO.(A/S)	: PATENTE PARTICIPAÇÕES S/A
ADV.(A/S)	: LEO KRAKOWIAK

### RELATÓRIO

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. Trata-se de agravo regimental cujo objeto é decisão monocrática que deu provimento ao recurso extraordinário para declarar indevida a cobrança majorada da contribuição ao Pis, tal como concebida pela redação da Emenda Constitucional nº 17/1997, antes de decorridos noventa dias contados da publicação da referida emenda (afastando o período que vai de julho 1997 a fevereiro de 1998).

2. A parte agravante sustenta que: (i) é necessário o sobrestamento do feito até que se conclua o julgamento do RE 578.846-RG; e (ii) o entendimento da decisão não reflete a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

3. Por meio da petição de fls. 635, a recorrente pleiteia a desistência parcial do agravo regimental.

4. É o relatório.

04/08/2015

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 782.773 SÃO PAULO

VOTO

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (Relator):**

1. De início, homologo o pedido parcial de desistência do agravo regimental quanto à alegação de que a decisão agravada teria violado a coisa julgada.

2. Quanto ao mérito da controvérsia, não assiste razão à agravante. Tal como constatou a decisão agravada, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que a emenda constitucional que não se constitui por mera prorrogação do texto anterior deve observância ao princípio da anterioridade nonagesimal. Dessa forma, é indevida a cobrança majorada da contribuição ao PIS, na redação conferida pela Emenda Constitucional nº 17/1997, antes de decorridos noventa dias contados da publicação da referida emenda.

3. A nova redação da Emenda Constitucional nº 17/1997 somente entrou em vigor em 25.11.1997, ou seja, quase cinco meses após o esgotamento da vigência da Emenda Constitucional nº 10/1996, o que evidencia solução de continuidade na exigência do tributo.

4. No caso dos autos, o contribuinte manteve-se regido pelas diretrizes da Emenda Constitucional nº 10/1996 até 30.06.1997, quando então retornou ao regime de que trata a Lei Complementar nº 7/1970. Com a Emenda Constitucional nº 17/1997, foi inserido em um novo regime especial, mais gravoso, fazendo jus à tutela da anterioridade nonagesimal. No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

“Embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Tributário. PIS. EC n. 17/97.

**RE 782773 AGR-SEGUNDO / SP**

Prorrogação da alíquota. Princípio da anterioridade nonagesimal. Aplicabilidade. 3. Embargos de declaração acolhidos em parte. Recurso extraordinário parcialmente provido.” (RE 443.283-AgR-ED, Rel. Min. Gilmar Mendes)

5. Cumpre registrar, por fim, que o precedente colacionado pela agravante para justificar o sobrestamento dos presentes autos em nada se assemelha à controvérsia aqui constante. Isso porque o RE 578.846-RG, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, tem como escopo a controvérsia relativa à base de cálculo a contribuição para o PIS das pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/1991 – entre elas as instituições financeiras. Não trata, portanto, da possibilidade de cobrança majorada da contribuição, na redação conferida pela Emenda Constitucional nº 17/1997, antes de decorridos noventa dias contados da publicação da referida emenda.

6. Diante do exposto, homologo a desistência parcial do agravo regimental. Quanto às questões remanescentes, nego provimento ao agravo regimental.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 782.773**

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**

AGTE.(S) : UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGDO.(A/S) : PATENTE PARTICIPAÇÕES S/A

ADV.(A/S) : LEO KRAKOWIAK

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 4.8.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin. Compareceu o Senhor Ministro Dias Toffoli para julgar processo a ele vinculado, assumindo a cadeira do Senhor Ministro Edson Fachin.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma